

**Museologia e Turismo de base Comunitária em Reservas Extrativistas:  
diálogos possíveis**

**DOI: 10.2436/20.8070.01.92**

**Marília Falcone Guerra**

Mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo, Brasil.

E-mail: [marilia.guerra@icmbio.gov.br](mailto:marilia.guerra@icmbio.gov.br)

**Camilo de Mello Vasconcellos**

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, Brasil.

Professor da Universidade de São Paulo, Brasil.

E-mail: [cmvasco@usp.br](mailto:cmvasco@usp.br)

**Resumo**

Tendo em vista que a musealização de territórios pressupõe, entre outros aspectos, ações de seleção, salvaguarda e comunicação de um patrimônio, o objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão sobre possíveis contribuições da Museologia para iniciativas de turismo de base comunitária desenvolvidas em Reservas Extrativistas, de forma a colaborar com a implementação dessa categoria de Unidade de Conservação. Nesse processo, a discussão se amplia para o entendimento das Reservas Extrativistas como potenciais museus.

**Palavras-chave:** Museologia e musealização de territórios. Ecomuseus. Reserva Extrativista. Turismo de base comunitária.

**1 INTRODUÇÃO**

As Reservas Extrativistas – Resex representam uma categoria de Unidade de Conservação – UC da natureza e uma das principais conquistas do movimento dos seringueiros da Amazônia brasileira. Em 2018 – ano em que completamos 30 anos do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes e, ao mesmo tempo, período em que presenciamos um cenário de retrocesso das políticas socioambientais – torna-se bastante oportuna uma reflexão sobre possíveis formas de levar a sociedade a conhecer e valorizar as Resex. Neste artigo pretendemos discutir o papel do turismo de base

comunitária e da Museologia nesse processo.

Recentemente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA e responsável pela gestão das UC federais, incluindo as Resex, publicou o material *turismo de base comunitária: princípios e diretrizes*. De acordo com o documento, o turismo de base comunitária pode ser compreendido como:

[...] um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável, para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBio, 2017).

97

O material traz, ainda, uma série de 11 princípios e 18 diretrizes para o desenvolvimento da atividade, os quais dialogam com o conceito apresentado. O conjunto de pressupostos construídos torna evidente que o turismo de base comunitária não deve estar fundamentado apenas em proporcionar uma opção a mais para o lazer e entretenimento dos visitantes; tampouco deve ser compreendido, unicamente, como uma fonte de renda extra aos povos locais. O turismo de base comunitária abre caminhos possíveis para a “[...] valorização do acervo do patrimônio comunitário” (Maldonado, 2009, p.29) e para o conhecimento e a sensibilização sobre possíveis formas de relação entre meio ambiente e sociedade e entre alteridades culturais. É nesse conjunto de possibilidades e de expectativas para o turismo de base comunitária, permeado de desafios e de problemáticas, que cabem as contribuições e o diálogo entre diversas ciências e disciplinas.

Como mencionado, o nosso intuito neste texto é refletir sobre as contribuições da Museologia para o turismo de base comunitária desenvolvido em Resex. O patrimônio a ser comunicado nas Resex é o próprio território de vida de povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, como a Museologia, por intermédio da musealização de territórios, poderia contribuir para a identificação e comunicação das referências culturais de um território na perspectiva da educação e do conhecimento?

Os territórios sociais – como é o caso das Resex, mas também dos territórios indígenas e quilombolas – convivem desde sempre com pressões e oposições de vários setores da economia. Para exemplificar, atualmente tramita no Congresso Nacional um projeto de lei para transformar a Resex de Canavieiras, localizada no estado da Bahia, em uma Área de Proteção Ambiental – APA. Essa proposta, motivada por interesses empresariais, permitiria a expansão do turismo de massa e da carcnicultura na região e retiraria de uma comunidade de pescadores o direito ao seu território de vida, atualmente “assegurado” por meio da criação de uma Resex.

Em um contexto de ameaça aos direitos conquistados, o conhecimento torna-se cada vez mais uma ferramenta de luta e resistência. A criação e a manutenção das Resex dependem do apoio e de ações do poder público, das populações beneficiárias e da sociedade em geral. E é nesse sentido que o papel político do turismo de base comunitária em Resex pode ser compreendido e potencializado: uma forma de levar a sociedade a conhecer o patrimônio desses territórios e a refletir sobre a importância dessa categoria de UC, contribuindo para a conservação e implementação dessas áreas.

## 2 AS RESERVAS EXTRATIVISTAS E O RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS

As Resex representam uma das doze categorias de UC previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei 9.985, de 2000), e têm como objetivo básico conciliar a conservação dos recursos naturais com a salvaguarda dos meios de vida e cultura dos povos tradicionais. A compreensão da categoria Resex é, contudo, complexa e extrapola uma questão de cunho meramente ambiental, projetando-se em um cenário político, fundiário e sociocultural abrangente (GUERRA, 2016).

A gênese das Resex está atrelada ao movimento dos seringueiros do Acre, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, cujo teor era a conquista do território de vida e o anseio pela proteção de recursos da floresta, profundamente ameaçados pelas políticas de desenvolvimento e ocupação da Amazônia instaladas na vigência do período militar brasileiro (de 1964 até 1985). A criação das Resex foi possível a partir do processo de redemocratização do Estado Nacional – que permitiu o fortalecimento dos movimentos sociais da década de 1980 – e foram concebidas no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, em um momento em que a questão ambiental ecoava no cenário nacional e internacional.

Paralelamente, é possível afirmar que a criação das Resex também está associada a profundas transformações, no Mundo Ocidental, na concepção de patrimônio nacional. A ampliação do conceito de patrimônio, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, permitiu a visibilidade de grupos sociais populares e, conseqüentemente, um maior empoderamento desses povos.

De acordo com Sant’Anna (2009), no Mundo Ocidental a ideia de patrimônio nacional nasce no contexto da Revolução Francesa, e fundamentada em critérios de grandeza e monumentalidade.

Sob a Revolução Francesa, o conceito de patrimônio nacional irrompeu para responder à urgência de salvar da rapinagem e da destruição os imóveis e obras de arte, antes pertencentes ao clero e à nobreza, que foram transformados em propriedades do Estado. [...] Ao longo do século XIX, os países europeus organizaram estruturas governamentais e privadas voltadas para a seleção, a salvaguarda e a conservação de seus patrimônios nacionais, até então compostos, essencialmente, de objetos de arte e edificações estreitamente relacionadas à concepção de monumento histórico, aos ideais renascentistas de arte e beleza e aos conceitos de grandeza e excepcionalidade (SANT’ANNA, 2009, p. 50-51).

No entanto, após a Segunda Guerra Mundial o campo do patrimônio sofreu uma grande expansão tipológica, cronológica e espacial (CHOAY, 2011). Segundo Abreu (2009), no período pós-guerra uma moderna noção antropológica de cultura passou a ser apropriada no campo do patrimônio como antídoto às tendências racistas que motivaram o grande conflito entre os povos: delineava-se a ideia de que uma mesma nação era formada por uma multiplicidade de culturas. A moderna concepção de cultura, que tem sua ênfase “[...] nas relações sociais, ou mesmo nas relações simbólicas, mas não nos objetos e técnicas” (Gonçalves, 2009, p.30), permitiu reconhecer como patrimônio as dimensões tangíveis e intangíveis dos bens dos diferentes grupos sociais que compreendem uma Nação, além de lugares e territórios.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, bastante atuante no período, chamou a atenção para o fato de que o relacionamento entre as culturas seria a forma mais positiva de atualizar o ideário da igualdade dos homens, em suas realizações particulares. Delineava-se a ideia de que havia um patrimônio cultural a ser preservado e que incluía não apenas a história e a arte de cada país, mas o conjunto de realizações humanas em suas mais diversas expressões. [...] Duas concepções afirmaram-se: em primeiro lugar, a de que mesmo no interior do contexto nacional existiam culturas diversas e plurais, ou seja, a de que cada nação comportaria uma infinidade de culturas e subculturas; em segundo, a noção de que a cultura congregava bens materiais e intangíveis (ABREU, 2009, p. 37).

Embora desde o contexto do pós-guerra a ampliação do conceito de patrimônio já se tornava evidente, esse aspecto impôs-se de maneira mais contundente nas décadas seguintes – intensificado por uma série de movimentos sociais que eclodem nos anos 60 e 70 do século XX, tais como o movimento de contracultura, o movimento feminista, o movimento ecologista, o movimento dos direitos humanos e das minorias, o movimento da democratização da cultura, além da descolonização dos países da África, Ásia e Oriente Médio. Em 1989, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO lançou a Recomendação sobre a Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares, podendo ser entendida, segundo Telles (2010), “[...] como o grande marco impulsionador das discussões acerca da proteção dos bens de natureza imaterial no mundo ocidental” (p.58).

O reconhecimento das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais, valorizadas em suas singularidades, deu, conforme já mencionado, empoderamento a esses grupos sociais, o que se repercutiu em vários cenários da política nacional e internacional, inclusive no movimento ambientalista e nas políticas relacionadas às áreas naturais protegidas.

As primeiras áreas protegidas criadas na esfera do movimento ambientalista estavam fundamentadas na vertente do preservacionismo, que tinha como pilar a manutenção da natureza em seu estado puro, restringindo ao máximo as ações humanas. Nesses territórios não era admitida a coleta e o uso direto de recursos da biodiversidade, tampouco a presença de populações habitantes; o diálogo das áreas protegidas com os contextos econômicos, políticos e sociais dos entornos era igualmente restrito.

Na segunda metade do século XX, a vertente do conservacionismo, do movimento ambientalista, ganhou maior expressividade e passou a influenciar o conceito de desenvolvimento sustentável. O conservacionismo estava pautado na possibilidade de compatibilizar a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento de populações humanas. Essa corrente impactou diretamente o conceito e a relação que as áreas naturais protegidas deveriam estabelecer com a sociedade, além de promover uma diversificação de categorias, incluindo modalidades que preveem a presença de povos tradicionais. No Brasil, autores como Little (2002) e Santilli (2005) preferem adotar, cabe ressaltar, ao invés do conservacionismo, a vertente do socioambientalismo, que representou uma aliança estratégica entre o movimento ambientalista e os movimentos sociais, no contexto da redemocratização do país.

A análise empreendida por Souza (2013), sobre os Congressos Mundiais de Parques Nacionais (Seattle, 1962; Yellowstone, 1972; Bali, 1982; Caracas, 1992; Durban, 2003 e Sydney, 2014), no âmbito da União Internacional para a Conservação

da Natureza – UICN, permite-nos evidenciar como foi a mudança de paradigma que permitiu a criação de categorias de UC que compatibilizam a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento de populações humanas. Segundo o autor, essa preocupação começou a ganhar importância principalmente a partir do congresso em Bali, em 1982, intensificando-se nos congressos seguintes. Nas categorias atuais de áreas protegidas reconhecidas pela UICN, a V Paisagem terrestre e marinha protegidas e a IV Área protegida com recursos manejados “[...] permite[m] o fluxo sustentável de bens e serviços de modo a satisfazer as necessidades da comunidade através do uso múltiplo de recursos [...]” (SCHERL et al., 2006, p.11).

No Brasil, durante os anos de 1980 – que correspondeu ao período de redemocratização do país – os resultados decorrentes dos fóruns e congressos mundiais de discussão, tanto no campo das políticas culturais, quanto das políticas ambientais para áreas protegidas, foram bem recebidos. Na Constituição Federal Brasileira de 1988, as referências culturais populares passaram a ser legalmente reconhecidas. Nesse processo, os territórios tradicionais – uma vez associados à identidade e subsistência física e cultural dos diferentes povos que compõem a Nação – passaram a ser compreendidos como fator para a salvaguarda da diversidade cultural do Brasil.

No entanto, como afirma Allegretti (2008), no que tange aos direitos territoriais, a Constituição Federal de 1988 foi contundente na garantia do território aos povos indígenas (Art. 231) e quilombolas (Art. 68 das Disposições Transitórias). As demais comunidades rurais tiveram que conquistar esse direito por meio de outros instrumentos jurídicos e de políticas públicas específicas à realidade cultural, econômica e ambiental a qual representam. “O exemplo mais relevante é o dos seringueiros, que formularam uma política específica de reforma agrária e proteção ambiental, as Reservas Extrativistas, depois de dez anos de confrontos em torno da terra e dos recursos naturais” (ALLEGRETTI, 2008, p. 40).

Assim, a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, como resultado da articulação entre os movimentos sociais e ambientalistas – em um cenário em que o patrimônio dos povos tradicionais passou a ser legalmente reconhecido – as Resex se constituíram como uma política pública federal e, portanto, de acordo com Little (2002), uma das formas encontradas, no âmbito do direito brasileiro, para o reconhecimento de formas específicas de territorialidade dentro do Estado Nacional. Ao se constituírem como política pública federal, as Resex deixaram, ainda, de ser uma realidade estritamente amazônica, permitindo beneficiar povos e comunidades tradicionais dos demais biomas brasileiros.

Em 2007, a partir de uma reestruturação do Ibama, é criado o ICMBio. Vinculado ao MMA, o ICMBio é atualmente a autarquia responsável pela gestão das UC federais, o que inclui as Resex. No caso específico dessa categoria de UC, deve-se buscar a gestão compartilhada do território entre Estado e comunidades tradicionais beneficiárias. Em relação ao turismo em Resex, o SNUC estabelece que a atividade pode ser desenvolvida quando de interesse local, ou seja, deve haver o desejo das populações beneficiárias.

O turismo de base comunitária abre possibilidades para envolver as comunidades em um processo de identificação e comunicação das referências culturais consideradas significativas ao grupo, além de ser uma oportunidade para as populações locais se fazerem compreender e também para sensibilizar a sociedade externa sobre a viabilidade e a importância das Resex. A atividade permite, portanto, que outros sujeitos da sociedade conheçam esses territórios e assumam uma postura analítica e crítica

quanto a projetos que comprometam a existência e a integridade dessas áreas (GUERRA, 2016).

Ao agregar o fator comunicação, por meio do turismo de base comunitária, temos potencialmente na categoria Resex a totalidade dos elementos da cadeia operatória de um museu: seleção, pesquisa, conservação, documentação e comunicação em torno de um patrimônio. É nesse sentido que pretendemos discutir o turismo de base comunitária como uma atividade capaz de permitir que as Resex se constituam como um cenário para o fato museológico; ao mesmo tempo em que se delinea o próprio entendimento das Resex como museus (GUERRA, 2016).

### **3 A MUSEALIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS: CONTRIBUIÇÕES À IMPLEMENTAÇÃO DAS RESEX**

A ampliação do conceito de patrimônio também promoveu profundas transformações no campo da Museologia.

No contexto instalado a partir do pós-guerra, e intensificado de maneira contundente pelos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, a comunidade museológica passa a contestar um modelo institucional de museu orientado por uma percepção elitista de patrimônio cultural; ao mesmo tempo, como reflexo das ideias provenientes da ecologia, repensa o papel dos museus como vetor para questionar a relação do Homem<sup>1</sup> com a natureza e com o seu meio ambiente. No cenário que se instalou, a palavra de ordem passou a ser, como afirma Abreu (2009, p. 45), “[...] diversidade: cultural, mas também natural ou biológica”. No entanto, aos museus não bastava apenas apresentar essas diversidades, mas politizá-las e problematizá-las como condição fundamental para a construção de um mundo mais comprometido com a paz e a justiça social (VASCONCELLOS, 2012, p. 132).

Como resultado desse processo, ocorreu uma ampliação do campo de atuação da disciplina Museologia e um estímulo ao fazer museal participativo, além de uma diversificação de tipologias de museus, incluindo os museus de território, ecomuseus e museus comunitários.

Esse movimento de novas perspectivas de participação e de modelos museológicos, a partir da apropriação do patrimônio coletivo, é conhecido pela denominação de “Nova Museologia”.

De maneira geral, esse movimento encontrou nas reflexões de Georges Henri Riviére e Hugues de Varine Bohan os seus grandes inspiradores.

Na realidade, a expressão Nova Museologia é uma espécie de um grande leque que, embora incorporando posições diferentes, possui em comum a sua oposição ao que seria o museu tradicional, este compreendido como aquele que realiza o seu trabalho em um cenário institucionalizado, a partir de um acervo e um público alvo.

Menos que um discurso com fronteiras disciplinares bem definidas, trata-se principalmente de um “movimento” que afetou amplamente os padrões de formação dos profissionais dos museus e colocou em pauta o papel social dessas instituições em diversos países, inclusive o Brasil.

Segundo os seguidores da Nova Museologia, os museus devem assumir sua função eminentemente social e superar os limites de uma concepção de cultura restrita à

<sup>1</sup> Neste artigo a palavra Homem, quando grafada em letra maiúscula, refere-se a uma noção de indivíduo (gênero masculino ou feminino) ou, ainda, de sociedade, comunidade ou grupo social.

produção e circulação de bens culturais de uma elite, projetando-se como instituições afinadas com uma sociedade democrática e inclusiva.

A grande preocupação desse movimento foi a importância da presença do público nos museus, que foi considerado como o novo foco dessas instituições, não do ponto de vista da quantidade, mas da desejável interação entre o indivíduo e o objeto em seus diferentes contextos.

Neste sentido, ocorreu uma ampliação da compreensão do museu na direção de se constituir como uma ferramenta que deve promover mudanças na direção de uma agenda de ações apoiada nas demandas da sociedade e não exclusivamente em suas coleções. Com isso, obviamente ressaltamos que nunca existiu, por parte da Nova Museologia, uma intenção de abandonar as coleções formadas e existentes nos museus tradicionais, porém o que ocorreu foi uma reavaliação do foco de atuação dos museus na direção de concentrar-se mais na relação do homem com o seu patrimônio (Candido, 2002), em sentido mais amplo, levando-se em conta o território de intervenção e os interesses da comunidade onde ele se encontra inserido.

Nessa direção, consideramos que as Resex enquadram-se perfeitamente nessa categoria, agora como alvo desse “movimento” denominado Nova Museologia.

#### **4 AS RESEX COMO MUSEUS E O MEIO AMBIENTE COMO VOCAÇÃO DOS MUSEUS**

Ao nos lançarmos na discussão das Resex como potenciais museus, o exemplo dos ecomuseus nos parece paradigmático. Essa tipologia de museu, que foi conceituada na segunda metade do século XX e que se tornou uma das bandeiras do movimento da Nova Museologia, expandiu-se em um cenário de questionamento a um modelo clássico e tradicional de museu, até então considerado fechado em si e pouco comprometido com o desenvolvimento das sociedades.

No conceito de ecomuseu existe uma ampliação da fórmula edifício, visitante e acervo (que marca a trajetória dos museus considerados tradicionais) para a de território de ação, comunidades de habitantes e patrimônio coletivo<sup>2</sup>. Tal abordagem demanda novas formas de identificação e seleção do patrimônio cultural (WICHERS, 2011), assim como um entendimento de salvaguarda que esteja pautado na compreensão da dinâmica própria dos bens culturais inseridos em territórios habitados.

O Conselho Internacional de Museus – ICOM reconhece formalmente as reservas naturais como museus desde 1961 (MENDES, 2013). No entanto, inicialmente, esses territórios-museus ainda não correspondiam ao território habitado por uma população, mas, sobretudo, ao espaço reservado à preservação de uma natureza. Algumas categorias de UC, notadamente os parques nacionais, enquadram-se perfeitamente no conceito de museus de território, uma vez destinados à proteção da biodiversidade, uso público, pesquisa e educação.

Os parques nacionais são UC de proteção integral. Nessa categoria, não é permitido o uso, coleta e extração de recursos naturais, mesmo que sob manejo sustentável, tampouco a permanência de moradores em seu interior. Na ideia de parque nacional o Homem é, fundamentalmente, o visitante ou pesquisador. No conceito de Resex, o Homem é, sobretudo, o habitante. Tanto a visita nos parques nacionais,

<sup>2</sup> É importante frisar que a comunidade a que se refere o ecomuseu pode compreender tanto uma comunidade tradicional, quanto comunidades urbanas, rurais, de um bairro ou de uma fábrica, por exemplo.

quanto a visitação nas Resex proporciona o contato do Homem com a natureza e, nesse sentido, uma proposta educativa transformadora pode ser construída. No caso das Resex, há, ainda, oportunidades de diálogo entre diferentes culturas que, dependendo de como se estabelecer, pode agregar valores e aprendizados significativos para moradores e visitantes (GUERRA, 2016).

Assim como os parques, as Resex se constituem como potenciais museus de território. No entanto, ao nos remetermos ao território de uma população, as semelhanças com os ecomuseus são ainda mais evidentes<sup>3</sup>. Corroboramos, nesse sentido, com as ideias de Davallon (et al, 1992 apud SOARES; SCHEINER, 2009, p. 2483):

[...] o traço principal do parque natural é a correspondência com uma reserva natural em um espaço preservado — o território que ele cria e circunscreve é aquele da natureza e a ação humana se encontra voluntariamente limitada. A lógica do ecomuseu é outra: ele é por definição, “um território-museu”; mas trata-se aqui do território de uma população. [...] O tempo e o espaço são aqui abordados sob o olhar desta população. O foco de interesse é a relação entre as pessoas e a relação destas com a sua memória. Se o ecomuseu introduz um pensamento ambiental, este meio ambiente é, antes de tudo, social. O parque, onde o patrimônio é sempre pensado como o da humanidade e cuja matriz é a vida como um todo integrado, visa uma conservação da natureza, em que o humano é animal adaptado ao ambiente natural musealizado. No ecomuseu, o patrimônio permanece pensado como bem ‘comum’, herança de um grupo social específico.

Os ecomuseus, assim como as Resex, refletem, portanto, uma leitura integrada do território ou do território como meio ambiente – compreendendo a natureza como elemento de uma cultura e o Homem como parte integrante da natureza. Essa concepção delineia-se de maneira mais evidente no cenário da Museologia a partir da década de 1970, visando dar “[...] resposta às preocupações ambientais [e culturais] que estavam na ordem política internacional” (MENDES, 2013, p.84), além de ser orientada por “[...] uma filosofia [...] de dessacralização dos museus e, sobretudo, de socialização [e] de envolvimento das populações ou comunidades implicadas em seu raio de ação” (BARBUY, 1995, p. 209).

Em 1971, Robert Poujade, ministro do meio ambiente francês, adota – por ocasião de uma reunião do ICOM realizada em Dijon – a noção e a palavra ecomuseu, que havia sido formulada uns meses antes por Hugues de Varine-Bohan (RIVIÉRE, 2009). Todavia, segundo Varine-Bohan (2008), os primeiros ecomuseus surgiram em decorrência da Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente (Conferência da Terra, ou Conferência de Estocolmo, de 1972): evento realizado no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU. Vinte anos depois, na Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92), no Rio de Janeiro, é realizado o primeiro fórum mundial de ecomuseus, o que evidencia que essa

<sup>3</sup> As Resex também podem ser compreendidas, convém destacar, como potenciais museus comunitários. Entretanto, preferimos aqui adotar a aproximação com os ecomuseus, uma vez que os museus comunitários não necessariamente têm em si a lógica do território.

tipologia de museu foi conceituada e fortalecida no âmbito das conferências do campo da Museologia e da área ambiental.<sup>4</sup>

De acordo com Poulot (2013), as décadas de 1970 e 1980 conheceram uma proliferação de ecomuseus e museus de sociedade na França que, nos anos de 1990, já registrava cerca de 250 estabelecimentos. No entanto, o “modelo” ecomuseu, longe de ser uma realidade francesa, constituiu-se em um cenário internacional e encontrou na América Latina um vasto terreno de experimentação. Inclusive, muito da base conceitual desses museus — assim como de outras museologias comunitárias — foi fortalecida no âmbito das discussões que se firmaram dentro das conferências do ICOM realizadas na América Latina (além do importante papel, como mencionado, da própria Eco 92, no Rio de Janeiro, nesse processo), e, portanto, contando com a contribuição ativa de profissionais desses países. Nesse ponto, também ganha destaque a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, que, segundo Duarte Cândido (2003), pode ser considerada uma das principais contribuições da América Latina ao cenário da Museologia mundial. Em Santiago, falou-se em museu integral, cujo conceito, segundo Marcelo Araújo e Cristina Bruno,

[...] questionou noções consagradas do universo museológico, como o colecionismo, o Museu entre quatro paredes e o patrimônio oficial, identificado apenas como o histórico e o artístico. Despertou a atenção dos profissionais para todo um patrimônio à espera de musealização, para a importância da participação comunitária em todas as instâncias museológicas, e impôs novos métodos de trabalho (In BRUNO, 2010b, p.19).

Em 1992, também no âmbito do ICOM, ocorreu na capital Venezuelana o Seminário “*A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios*”, que produziu a Declaração de Caracas. Como resultados de Caracas, temos a transformação do museu integral em museu integrado à vida de uma comunidade (DUARTE CÂNDIDO, 2003). Em Caracas, o museu foi concebido como meio de comunicação entre os elementos território, patrimônio e sociedade, servindo de instrumento de diálogo e de interação entre as diferentes forças sociais. A reflexão conduziu, ainda, ao potencial do museu para o fortalecimento da identidade cultural dos povos e para a tomada de consciência para a conservação do meio ambiente, em que o Homem, a natureza e a cultura formam um conjunto indivisível (BRUNO, 2010b, p.72).

A relação entre alteridades culturais e a relação Homem–meio ambiente passam a ser, portanto, questões da realidade que os museus, por vocação, podem (e em alguns contextos devem) problematizar. No entanto, de maneira alguma, essa vocação está restrita às novas tipologias de museus que nasceram e/ou foram fortalecidas a partir da segunda metade do século XX. Os museus “clássicos” e/ou “tradicionais” também foram influenciados pelos movimentos sociais e pelas discussões no âmbito da Nova Museologia e, portanto, continuaram — ao longo das últimas décadas — em

<sup>4</sup> Os germes dos ecomuseus remetem ao Séc. XIX, quando são criados os museus de etnografia regional da França e os primeiros museus a céu aberto, na Escandinávia. Em ambos já era possível notar certo reconhecimento de uma cultura popular europeia, embora ainda de maneira incipiente e folclorizada. Nos museus a céu aberto eram apresentados os objetos pertencentes aos camponeses e trabalhadores locais, com o intuito de remeter os visitantes a um determinado período da história. Em algumas situações eram utilizadas reconstituições para recriar um tempo passado: um ambiente para o público contemplar a encenação da história (BARBUY, 1995; SOARES & SCHEINER, 2009).

movimento, “[...] surpreendendo o mundo e criando novos tipos de experiências sobre o real, comunitárias ou não” (SOARES; SCHEINER, 2009, p. 2486).

As Resex e os ecomuseus se aproximam em diversos sentidos: ambos falam do território de uma comunidade como patrimônio e como herança, além de serem, como nos aponta Riviére (2009) a respeito dos ecomuseus, um instrumento que um poder público e uma população concebem, constroem e exploram conjuntamente; expressão do tempo e uma interpretação do espaço; expressão da relação do Homem e da natureza; laboratório que contribui para o estudo; conservatório e ferramenta de valorização do patrimônio natural e cultural de uma população; escola, na medida em que envolve a população nas ações de conservação e estudo e as conduz a uma análise dos problemas de seu próprio futuro.

Paralelamente, a configuração das Resex como ecomuseus só irá se efetivar dependendo da gestão que for estabelecida e da vontade das populações habitantes. Ou seja, desde que processos de salvaguarda, pesquisa, educação e comunicação — assim como as estruturas físicas e os instrumentos de gestão necessários ao adequado funcionamento das Resex — estiverem em implementação a partir de ações desenvolvidas conjuntamente entre poder público e população beneficiária. Além disso, e como aspecto fundamental, a população local deve desejar e estar consciente do que significa ter o seu território compreendido como um museu. Os museus, como nos lembra Waldisa Guarnieri (In NEVES, 2011), devem ser queridos e reconhecidos pela comunidade.

No entanto, uma Reserva Extrativista, independente de ser configurada como um museu, já que isso pode não ser de interesse das comunidades beneficiárias, pode ser um cenário para confrontar o Homem com a realidade e, nesse sentido, constitui-se como objeto de estudo e das contribuições da Museologia.

## 5 AS RESEX COMO CENÁRIO PARA O FATO MUSEOLÓGICO

Uma definição internacional e atual para a Museologia, adotada por museólogos como Waldisa Russio Camargo Guarnieri, a insere como o “[...] estudo de uma relação específica entre o Homem e a realidade” (MENSCH, 1994, p.3). Por essa abordagem, a Museologia seria a disciplina (ou ciência em formação) do fato museológico, que por meio de Objetos seria capaz de permitir ao Homem, ou sociedade, uma leitura crítica da realidade. A relação profunda entre o Homem e o Objeto, campo de estudo da Museologia, dá-se em um cenário. Se em um primeiro estágio de conformação da disciplina esse cenário era representado por um museu institucionalizado, atualmente, e como decorrência de movimentos como o da Nova Museologia, engloba museus não institucionalizados (em termos jurídico-formais) e outros espaços ou territórios não compreendidos como tal.

Note-se que o Objeto ao qual fazemos referência não envolve apenas os bens de natureza material; a noção de Objeto museológico foi ampliada na medida em que presenciamos o alargamento do próprio conceito de patrimônio, que influenciou de maneira decisiva o paradigma museológico do século XX. Como aponta Wichers (2011), o Objeto museológico pode compreender “[...] as paisagens físicas, os artefatos móveis, os bens imóveis e a criação imaterial [...]” (p.30-31).

O patrimônio de uma Resex pode ser representado pela significativa sociobiodiversidade, o que inclui recursos naturais, instrumentos e artefatos, celebrações, saberes e práticas, formas de expressão, lugares e paisagens. Nessa perspectiva, e nos remetendo a Souza (2010), o território pode ser considerado tanto o

espaço contendor e mantenedor de bens patrimoniais, quanto o próprio patrimônio a ser musealizado (investigado, interpretado, conservado).

O processo de musealização envolve a valorização de Objetos, a partir de ações que correspondem à cadeia operatória museológica: seleção/aquisição, pesquisa, salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (CURY, 2005). Segundo Meneses (2010), o eixo da musealização consiste na transformação do Objeto em documento, de conhecimento. No entanto, é preciso atentar que a musealização envolve critérios, não musealizamos, como nos esclarece Guarnieri (1990 In Bruno 2010a), todos os testemunhos do Homem ou do seu meio, natural ou urbanizado, mas aqueles que possuam significado e que permitam uma leitura crítica do Mundo.

Para Bruno (2006, p. 7):

A Museologia, enquanto disciplina aplicada, pode colaborar para a sociedade contemporânea na identificação de suas referências culturais, na visualização de procedimentos preservacionistas que as transformem em herança patrimonial e na implementação de processos comunicacionais que contribuam para a educação [...].

O turismo de base comunitária em Resex agrega o fator comunicação patrimonial e, para tanto, desencadeia a seleção de bens e referências patrimoniais, comumente denominados como atrativos turísticos, além da valorização e da comunicação desses atrativos *in situ*. Os preceitos e diretrizes do turismo de base comunitária priorizam aspectos como o protagonismo das comunidades e a vivência entre culturas em termos de diálogo e aprendizado. O turismo em comunidades tradicionais, no entanto, também carrega em si um viés econômico significativo, o que não é, de forma alguma, um aspecto negativo, pois as famílias — algumas das quais na linha da pobreza — desejam e precisam de um complemento na renda. Contudo, muitas vezes, os atrativos selecionados são aqueles que visam, basicamente, satisfazer os visitantes, são produtos considerados atraentes “aos de fora” (GUERRA, 2016).

E é nesse sentido que, o olhar Museológico — e a Museologia como disciplina aplicada e interdisciplinar — poderia contribuir para potencializar o papel político do turismo de base comunitária em Resex. Partimos do princípio que “[...] a musealização potencializa a função social do patrimônio [...]” (WICHERS, 2011, p. 24) e, nesse âmbito, poderia colaborar para a elaboração de “produtos turísticos” mais comprometidos com uma leitura crítica da realidade e voltados ao “[...] desenvolvimento (integral e humano) e [à] preservação (uso qualificado) [...]” (p. 24) do território.

## 6 MUSEALIZAÇÃO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: A OFERTA DE PRODUTOS INQUIETAÇÃO<sup>5</sup>

No universo amplo dos bens e referências culturais de um território, aquilo que será comunicado em uma iniciativa de turismo de base comunitária passa por um processo de recortes. Ao nos referirmos às contribuições da Museologia, o critério que irá orientar esta seleção é a definição da missão, ou vocação, desse território-museu na sociedade. Discutir a missão de um projeto de turismo de base comunitária em uma Resex é adentrar no campo do fato museal, ou seja, na delimitação dos aspectos da

<sup>5</sup>A expressão *produtos-inquietação* é utilizada por Cury (2005, p. 67).

realidade que se deseja sensibilizar, comunicar e problematizar junto ao público (visitante e habitante).

Na musealização de um território comunitário, o protagonismo da comunidade na identificação dessa missão, bem como dos recortes que serão estabelecidos, é um ponto essencial, pois, como esclarece Vasconcellos et al. (2010), os bens definidos como o patrimônio de uma comunidade não devem ser externos a esses grupos, sob o risco, paradoxal, de a comunidade sentir-se turista em sua própria localidade. É evidente que isso não deve excluir a participação qualificada de pesquisadores, técnicos e demais colaboradores. Um projeto de um museu comunitário, de ecomuseu ou de turismo de base comunitária que envolva diferentes olhares e saberes tende a se beneficiar em termos de uma proposta mais pautada no conhecimento, ainda mais quando as compreendemos como iniciativas que têm como um de seus principais objetivos possibilitar o contato entre diferentes culturas em termos de diálogo e aprendizado e promover a tolerância e o respeito às diferenças.

Em Guerra (2016), quando os comunitários da Resex do Mandira, localizada em Cananéia/SP, foram questionados sobre o que a comunidade desejava que os visitantes aprendessem, ou fossem sensibilizados após a vivência no território, alguns pontos surgem para revelar aquilo que consideram a principal vocação da atividade turística e os principais patrimônios a serem comunicados:

*Que ele [o visitante] leve um pouco da nossa história. Que ele valorize o nosso trabalho de valorização do meio ambiente [...], a valorização do que a gente tem hoje, por ser uma comunidade sustentável em uma Resex. Que ele leve essa importância. Que ele conheça o quilombola porque tem gente que não sabe muito o que é, imagina várias coisas* (Thaís Josiane Pereira, 28 anos, Comunidade do Mandira, 2015) (p. 152).

Segundo Nei Mandira, uma das lideranças da comunidade,

[...] os aspectos da identidade quilombola e caiçara e a história da Comunidade são pontos chave a serem comunicados. Nei ressalta que a história não está restrita apenas à formação da Comunidade, que é muito importante, mas também a processos mais recentes, sobretudo de 1995 para cá, quando a Comunidade, a partir da formação da Associação (a REMA), obteve várias conquistas e conseguiu por em prática questões relacionadas à sustentabilidade, conciliando cultura, conservação e obtenção de renda. Ele coloca que muitas pessoas que vão ao Mandira passam antes pelo Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Unidade de Conservação de Proteção Integral) e querem conhecer o exemplo de uma Reserva Extrativista (GUERRA, 2016, p. 152).

Em Mandira, não há um consenso sobre a vocação da atividade turística entre os habitantes, mas, em geral, o conhecimento sobre o que é ser quilombola e caiçara; a história de luta e de conquistas da Comunidade (muito atrelada às questões territoriais e à organização comunitária); os ofícios e práticas sustentáveis desenvolvidos na Resex (com destaque para o manejo da ostra) ou, simplesmente, proporcionar ao visitante um passeio em um lugar belo são aspectos que realmente importam e possuem significado à comunidade (GUERRA, 2016).

A definição coletiva, consensuada, sobre a missão e a vocação de uma iniciativa de turismo de base comunitária, ou de um ecomuseu, pode contribuir, por sua vez, para: i) orientar a comunidade, e demais atores e técnicos envolvidos, nos processos de inventário patrimonial e de seleção das referências culturais a serem comunicadas; ii) promover a reflexão posterior sobre se a forma como os patrimônios selecionados estão sendo comunicados dão conta de problematizar aquilo que a Comunidade deseja que o público aprenda ou seja sensibilizado após a vivência no território; iii) ampliar a participação de mais atores da comunidade, pois, como evidenciado por Soares e Scheiner (2009) a respeito dos ecomuseus, essas experiências estão sujeitas a narrar a identidade e a trajetória de um grupo a partir do olhar de algumas poucas lideranças.

Esse último aspecto se evidencia justamente porque todos os museus, independente de sua tipologia, “são a um só tempo lugares de memória e poder” (CHAGAS, 2015, p.33). Essas relações de poder se expressam mesmo nas pequenas comunidades as quais, longe de serem homogêneas, são também ambientes hierarquizados. Assim, é necessário compreender os ecomuseus não como um “modelo ideal” ou, ainda, uma “tábua de salvação” às práticas de uma Museologia que se fundamentaram no século XIX, mas como uma tipologia que contribuiu à democratização dos museus, contudo, como qualquer outra experiência dessa natureza, constitui-se como uma “[...] arena, como espaço de conflito, como campo de tradição e de contradição” (CHAGAS, 2015, p. 32).

Os ecomuseus inauguraram uma forma específica de lidar com os patrimônios em suas dimensões materiais e intangíveis — pois, embora alguns ecomuseus possuam estruturas edificadas associadas ao território, parte significativa do acervo está situada in situ e permanece em uso pela população local. No entanto, assim como nas demais tipologias de museus, há a preocupação em inventariar tais bens, produzir pesquisa, salvaguardá-los e comunicá-los. Isso encerra uma série de desafios à Museologia, pois tais práticas devem ser compreendidas dentro da lógica dinâmica de um território habitado: as culturas estão em constante transformação, assim como os processos ecológicos.

Esse aspecto nos remete a uma problemática evidenciada por Ulpiano Meneses (Meneses, 1993; Meneses, 2010), comum aos ecomuseus e, igualmente, bastante evidenciada nos projetos de turismo de base comunitária: as experiências que nascem para proteger identidades “frágeis”, o que acaba por comprometer parte do compromisso desses museus com o conhecimento. Para o autor, a identidade cultural ser comumente trabalhada de forma acrítica nos museus tem a sua historicidade. Em um cenário marcado pelos movimentos de contracultura das décadas de 1960 e 1970, reforçar as identidades frágeis, consolidar as identidades desestruturadas, recriar as desfeitas e proteger as ameaçadas se tornaram, em muitos momentos, uma das responsabilidades centrais que os museus deveriam assumir: uma espécie de redenção ao elitismo que marcou a trajetória das instituições museológicas.

Meneses (1993) faz uma crítica à ideia da identidade ser considerada, muitas vezes, como um referencial fixo; a identidade não é algo puro, mas fruto do contato entre diversos grupos sociais, e só pode ser entendida em situação, ou seja, em sua dinâmica própria. Dessa forma, o autor indaga (p. 210): “como recuperar algo que não é estático, não tem contorno definido, pronto e acabado, disponível para sempre?” Assim, “perda da identidade” é uma expressão falsa, que mascara o fenômeno da mudança sociocultural.

As considerações do autor nos conduzem aos riscos de experiências de ecomuseus (e de turismo de base comunitária) estarem fundamentadas a partir de uma

preocupação excessiva em resgatar identidades e referências culturais perdidas ou em processo de profunda transformação, o que acabariam por gerar iniciativas conservadoras, com uma tendência à cristalização e encenação dos modos de vida.

No caso dos ecomuseus e do turismo de base comunitária, onde a demonstração de antigas práticas pode, como exemplo, fazer-se presente, é importante, como esclarece Heloísa Barbuy, que tal processo seja declarado aos visitantes. Nesse contexto, a “demonstração” (ou encenação) poderá ser um suporte à comunicação de uma determinada referência cultural — sem que haja o propósito, no entanto, de que o público a compreenda como algo que se manteve intacto e engessado no tempo. Muito pelo contrário, pode-se falar abertamente e problematizar as permanências, as transformações e mesmo o desaparecimento de certas práticas culturais (GUERRA, 2016).

Para exemplificar essa questão podemos nos remeter ao projeto de turismo de base comunitária da Resex do Mandira e descrito em Guerra (2016, p. 198).

Atualmente, o viveiro de ostras é um dos atrativos mais buscados pelas escolas e uma das principais bandeiras da Resex do Mandira. Mas pode ser que a comercialização da ostra entre em declínio, ou mesmo se extinga, assim como ocorreu com outras atividades econômicas dos Mandira ao longo dos tempos. Como poderiam o turismo (caso permaneça) ou um ecomuseu comunitário (caso seja futuramente desejado) lidar com tais transformações? O viveiro, uma vez perdido o seu valor utilitário, continuará fazendo parte da história daquela Comunidade, um testemunho de uma relação significativa que se fez presente com o território. Assim, no futuro, um viveiro demonstrativo [...] pode bastar para as novas gerações explicarem como os antigos trabalhavam com a ostra. A história e os bens culturais, em todo o seu dinamismo, continuarão tendo o mesmo potencial de serem comunicados na perspectiva da educação e do conhecimento, representando elementos testemunhos das transformações da relação Homem e natureza (GUERRA, 2016).

Nos ecomuseus, os inventários culturais são, portanto, relevantes para o registro da história e acompanhamento das transformações. O percurso que envolve o inventário turístico e a comunicação dos bens culturais é um importante instrumento de salvaguarda, pois pode levar a sociedade a conhecer esses patrimônios e, paralelamente, permitir aos comunitários descobrirem histórias e saberes e se questionarem sobre aspectos da sua realidade, incluindo, nesse processo, as transformações da relação dos habitantes com o território: novos rumos e desafios. O desenvolvimento do turismo pode ser, portanto, um importante instrumento para a educação e valorização do patrimônio por parte dos visitantes e moradores locais.

De acordo com Cury (2005), para promover a relação profunda entre o Homem e o Objeto (campo de estudo da Museologia) é preciso oferecer ao visitante uma experiência de qualidade. Ao citar John Dewey, a autora nos fala de experiência de qualidade no sentido de experiência completa, ou seja, que ao proporcionar a interação entre uma série de elementos é capaz de persistir na memória. Uma experiência de qualidade aproxima-se, assim, daquela que estimula os sentidos, instrui, indaga e “[...] influencia positivamente experiências futuras” (p. 44).

A experiência de qualidade se faz, portanto, em um processo de interação. No caso de uma experiência de turismo de base comunitária em Resex não podemos ignorar

que o foco se encontra, igualmente, no morador local. O público dessas experiências é o habitante e o turista e, nesse âmbito, a experiência de qualidade deve ser avaliada nas possibilidades de interação e de aprendizado de ambos.

As experiências de turismo de base comunitária quando fundamentadas apenas em satisfazer o visitante perdem boa parte do seu potencial político e transformador. De acordo com Cury (2005, p. 67): “A justificativa de um museu está em sua missão e nas características de seus programas. Não queremos produzir em nossos museus produtos-satisfação, mas sim produtos-inquietação”. Nesses termos, concordamos com a autora no sentido de que as experiências de turismo de base comunitária não devem apenas se preocupar com as exigências de mercado e em satisfazer, meramente, os clientes-visitantes.

O turismo em Resex pode gerar experiências de qualidade, no sentido de serem instigantes, questionadoras e estarem comprometidas com a sensibilização e a educação crítica dos visitantes e dos moradores locais. Conhecer a história da Comunidade e refletir sobre os problemas atuais e as transformações do território são decisivos para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das famílias, sendo, inclusive, um instrumento de luta e de resistência. Compreendemos a atividade turística não como a razão fim desse conhecimento, mas como um fator motivador para esse aprendizado: uma oportunidade a mais para que o conhecimento sobre o território da Resex seja apropriado pelos comunitários e também comunicado à sociedade.

O território e a paisagem como Objetos testemunho e como patrimônios capazes de confrontar o humano (habitante ou visitante) com a realidade: essa é a essência de um projeto de musealização de Resex e que pode pautar, e enriquecer, iniciativas de turismo de base comunitária desenvolvidas nessa categoria de UC. Assim, uma proposta de turismo que esteja pautada na implementação de uma Resex deve coadunar com o objetivo de criação dessas áreas e buscar o protagonismo dos povos habitantes na problematização de questões relativas à conquista e à conservação desses territórios e dos patrimônios circunscritos. A visitação em Resex é, nesses termos, uma forma possível para promover ações que desencadeiem tanto o respeito pela natureza, quanto pela diversidade cultural: uma oportunidade para se repensar atitudes do cotidiano e para o questionamento, ou mesmo mudança, de valores (GUERRA, 2016).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos do pós-guerra e dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 intensificaram, no Mundo Ocidental, transformações graduais na esfera das ciências sociais e naturais e das políticas públicas voltadas às áreas de cultura e meio ambiente. Tal conjuntura impactou o campo dos museus e da Museologia, assim como o universo das áreas naturais protegidas. Ecomuseus e Resex (essa última proveniente de uma realidade brasileira e, portanto, cujo processo de criação foi possível apenas a partir do cenário de redemocratização do Brasil) traduzem o reconhecimento da cultura e do patrimônio de minorias e de diferentes grupos sociais que compõem uma Nação, assim como refletem uma leitura integrada de meio ambiente (natureza e cultura em relação) (GUERRA, 2016).

Neste artigo buscamos refletir sobre possíveis contribuições da Museologia para iniciativas de turismo de base comunitária desenvolvidas em Resex, a partir da compreensão das Resex como cenário para o fato museal. Ao mesmo tempo, apresentamos argumentos para a compreensão das Resex como potenciais museus,

utilizando para tanto a referência dos ecomuseus, que congregam os elementos do território habitado por uma população e de seu patrimônio coletivo.

No que pese as convergências entre o campo da Museologia e das áreas naturais protegidas, notamos ainda uma aproximação muito tímida entre esses dois universos, o que evidencia que a gestão do patrimônio ainda opera sobre uma dicotomia entre patrimônio natural e patrimônio cultural, com pouca inserção dos órgãos de cultura na esfera dos órgãos de meio ambiente. De fato, tanto as UC poderiam ser um vasto campo de estudo, de experimentação e de aprendizado para a Museologia<sup>6</sup>, quanto a Museologia – a partir dos referenciais teóricos concebidos, bem como de uma experiência prática também existente – contribuir para a implementação das áreas naturais protegidas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 320 p.

ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39–59, jul./dez. 2008. Editora UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/13423/9048>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BARBUY, H. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. v.3, p.209-236, jan./dez. 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/viewFile/5323/6853>. Acesso em: 17 fev. 2016.

BRUNO, M. C. O. Museologia e museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 25. Lisboa: ULHT, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol. 1. SEC-SP, 2010a, p. 203-211.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado/ ICOM Brasil, 2010b. v.2.

CHAGAS, M. S. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2015, 139p.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. 282p.

<sup>6</sup> As experiências de museus de território e ecomuseus (ou que se assemelham a tais) precisam passar, como afirma Soares e Scheiner (2009, p. 2471), por uma observação crítica em seus contextos reais, “[...] pois sem tal investigação empírica não se pode conceber uma *ciência do Museu* [...]”.

CURY, M. X. **Exposição: concepção, montagem e avaliação.** São Paulo: Annablume, 2005.

DUARTE CÂNDIDO, M. M. Ondas do pensamento museológico brasileiro. **Cadernos de Sociomuseologia**, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, n.20, 2003.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GUERRA, M. F. **Musealização de territórios e turismo de base comunitária: reflexões sobre a comunicação e a salvaguarda do patrimônio da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia/SP.** 2016. 231 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, São Paulo, 2016.

ICMBio (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE). Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação federais: princípios e diretrizes, 2017. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo\\_de\\_base\\_comunitaria\\_em\\_uc\\_2017.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf). Acesso em: 15 jun. 2018.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** — UNB, BRASÍLIA, 2002. Disponível em: [http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003\\_paullittle.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf). Acesso em 16 jun. 2018.

MENDES, M. C. Museus e sustentabilidade ambiental. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** — PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 6, n. 1, p.71–97, 2013.

MENESES, U. T. B. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). In. **Anais do Museu Paulista**, Nova Série, número 01, 1993.

\_\_\_\_\_. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, B.G.; VIDAL, D. G. (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna.** Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2010. p. 15–84.

MENSCH, P. V. **O objeto de estudo da Museologia.** Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevan de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994. 22 p. (Pretextos Museológicos).

NEVES, K. R. F. **A potencialidade dos lugares da memória sob uma perspectiva museológica processual: um estudo de caso.** O Memorial da Resistência de São Paulo. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Departamento de Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011.

POULOT, D. **Museu e museologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, 159 p. (Coleção Ensaio Geral).

RIVIÈRE, G. H. **La Museología**: Curso de museología/ Textos y testimonios. Traducción de Antón Rodríguez Casal. Madrid: Akal, 2009. 533 p.

SANT'ANNA, M. **A face imaterial do patrimônio cultural**: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. Peirópolis: IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil e ISA - Instituto Socioambiental, 2005.

SCHERL, L. M. et al. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido, 2006. 60 p. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/2004-047-Pt.pdf>. Acesso em 24 nov. 2015.

SOARES, B. C. B.; SCHEINER, T. C. M. **A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios 'comuns'**: um ensaio sobre a casa. In: X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3311/2437>. Acesso em 23 fev. 2015.

SOUZA, J. V. C. **Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962-2003)**: registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza. 2013. 224 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Unidades de Conservação e Políticas Ambientais e Sociais Conexas) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14174/1/2013\\_JoaoVitorCamposSouza.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14174/1/2013_JoaoVitorCamposSouza.pdf). Acesso em: 23 nov. 2015.

SOUZA, K. G. A. A Interpretação ambiental na conservação do patrimônio cultural: o caso do arqueosítio musealizado da (Real) Fábrica de Neve de Montejunto, Portugal. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 89–115, maio/out 2010.

TELLES, M. F. P. **Proteção ao patrimônio cultural brasileiro**: análise da articulação entre tombamento e registro. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins — MAST/MCT, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/Dissertacao\\_mario\\_pragmacio.pdf](http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/Dissertacao_mario_pragmacio.pdf). Acesso em: 28 jun. 2015.

VARINE-BOHAN, H. Museus e desenvolvimento social: balanço crítico. In: BRUNO, M. C. O.; NEVES, K. R. F. (Coord.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.

VASCONCELLOS, C. M. Museus antropológicos e universitários: por um novo diálogo junto ao público. In: CURY, M. X.; VASCONCELLOS, C. M.; ORTIZ, M. (Org). **Questões indígenas e Museus** — debates e possibilidades. Brodoski: Secretaria de Estado da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Coleção Museu Aberto), 2012. 228 p.

\_\_\_\_\_; et al. (Coord.). Os impactos educativos da relação museus e turismo. In: BRUNO, M.C.O. (Coord.). **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado/ ICOM Brasil, 2010. v.1.

WICHERS, C. M. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas**. 2011. 382 f. Dissertação (Doutorado em Arqueologia) — Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

***Museology and community-based Tourism in Extractive Reserves:  
possible dialogues***

***Abstract***

*Taking into account that landscapes musealisation imply, among other aspects, the selection, protection, and communication of heritage, the aim of this article is to present a consideration about the possible contributions that Museology can make, to the community-based tourism initiatives in extractive reserves, as a way to collaborate with the implementation of the Conservation Unit category. In that process, the argument is broadening to understand the extractive reserves as potential museums.*

***Keywords:*** *Museology and musealisation of landscape, ecomuseums, extractive reserves, community-based tourism.*

Artigo recebido em 03/02/2018. Aceito para publicação em 10/08/2018.